

da funcionou essa escola, chegando mesmo, Sr. Presidente e Srs. deputados, ao absurdo de matricularem alunos para os cursos e abastecerem as suas despesas. Infelizmente, tais escolas não deram início aos seus cursos.

Este Poder Legislativo, esta Assembleia, por inúmeras vezes, obordou este fato, de certa forma comprometedor ao Poder Executivo, revelador da ausência de planos. Para um governo que procura consolidar-se através de um Plano de Ação, tal fato demonstra que o plano do governo, o seu Plano de Ação, é realmente um plano de obras, despreocupado com o funcionamento estrutural dessas obras.

Foram construídas escolas de iniciação agrícola — e está cumprido o Plano de Ação!... Mas... e o interesse público? — e o atendimento do ensino rural? Apenas a conclusão dos prédios bastaria para melhorar tais índices educacionais na zona rural? Absolutamente, não, Sr. Presidente e Srs. deputados. Mas, como bem afirma o deputado Wilson Lapa, para este governo, basta. Os que vierem posteriormente é que deverão preocupar-se com o funcionamento de tais unidades, com o cumprimento de um plano educacional de ensino agrícola, procurando, então, instalar tais escolas e dar-lhes a estrutura com a qual até aqui não puderam contar.

O Sr. Wilson Lapa (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Ciro Albuquerque, eles não estão preocupados com isso. A preocupação do governo Carvalho Pinto, desde o seu início, foi preparar a opinião pública, através de uma imprensa que se tornou totalmente sua, para fazer o seu sucessor e embalar a criança, esta docura que está posta aí, nos palanques, nos comícios, nas televisões, para suceder o seu governo. Eles não estão preocupados com a vida do povo. Estamos quase em fins de junho, e pergunta V. Exa. ao Governador de São Paulo quais as providências, quais os estudos, quais os planos especiais de ajuda para restaurar a economia agrícola de São Paulo e para propiciar a esta população de 4 milhões de habitantes gêneros para o consumo. Não, eles estão fazendo campanha eleitoral. O Governador mais honesto e mais íntegro do mundo é o melhor cabo eleitoral de um candidato que tirou do bolso do colete, porque sequer a U.D.N. o julgou seu candidato, como não é do P.D.C., como não é do P.T.N., de partido nenhum. Verifique V. Exa., hoje, que o Governador Carvalho Pinto abriu a sepultura do seu governo, quando quis impôr à vontade de São Paulo o seu sucessor à base de um governo que realiza, mas cuja grandeza não propagada já escapou de suas próprias mãos, porque o povo de São Paulo está quase a virar as costas ao Governador Carvalho Pinto.

O Sr. CÍRO ALBUQUERQUE — V. Exa. tem razão, nobre deputado Wilson Lapa. Realmente, o Governo desprezou-se com medidas que visam alcançar ao bem-estar coletivo. Traçou um plano de obras faustoso, com grande inversão, mas não se preocupa com o funcionamento do serviço público, no sentido do atendimento do povo, pois, se assim não fosse, estas escolas de iniciação agrícola de há muito deveriam estar funcionando. Constitui mesmo um verdadeiro libelo contra a atual administração do Governo do Estado, num país onde a educação é reclamada em todos os cantos, onde a alfabetização e a instrução média devem constituir preocupação constante de governo, estas escolas que estão começando a ruir, sem terem entrado em funcionamento. É uma verdadeira aberração, nobre deputado Wilson Lapa. Não se pode justificá-la de forma alguma. É bem verdade que o plano das escolas de iniciação agrícola pertenceu ao ex-governo do Sr. Jânio Quadros, não obstante o atual candidato José Bonifácio reclamar para este governo todas essas realizações, trazendo mesmo uma certa confusão ao povo paulista, que assiste, atônito, aos programas de televisão. Quando o candidato situacionista aponta obras públicas, que aí estão, como realizações do atual governo, logo a seguir aparece o Sr. Jânio Quadros, credenciando para seu governo e para si todas essas mesmas obras. O povo não sabe a quem dar crédito: se a um ou a outro.

O Sr. Wilson Lapa (Com assentimento do orador) — Tem razão os dois. O que ocorre é que o Sr. Jânio Quadros deixou ao governo Carvalho Pinto 6 escolas de iniciação agrícola, para que as possuísse em funcionamento. E o Governador Carvalho Pinto, que pouco se está importando com o ensino agrícola, com a melhoria da produção agrícola, com o aumento da produtividade, com a vida do lavrador, continuou construindo prédios, e não pôs em funcionamento nem as escolas que o ex-governador construiu, nem as que ele próprio conseguiu construir, porque aprendeu do Sr. Jânio Quadros a construir prédios e em cima deles fazer comícios. O Sr. Jânio Quadros elegeu o Sr. Carvalho Pinto, que aprendeu com ele. Não aprendeu a pôr em funcionamento os prédios. Aprendeu somente a construí-los. São meros empreiteiros. Ambos estão longe de ser estadistas.

O Sr. CÍRO ALBUQUERQUE — Muito bem, deputado Wilson Lapa. O Governo se está revelando um autêntico empreiteiro de obras. Não há preocupação em prever, para prover. Não existe sentido de serviço público dinamizado, para criar condições favoráveis ao povo paulista. Não. Obras estão sendo construídas, mas sem alma, frias, sem objetividade social e administrativa, visando apenas projetar o governo como realizador e transferir tais credenciais de gratidão do povo ao seu sucessor, ao candidato oficial, que há muitos anos credenciou-se para tanto.

O Sr. Wilson Lapa (Com assentimento do orador) — Veja, nobre deputado Ciro Albuquerque, o número de placas. É uma coisa incrível. Na segunda pista da Via Dutra encontram-se várias vezes placas enormes: "Governo Carvalho Pinto", "Plano de Ação". No entanto, a obra é do Governo Federal. E assim por diante, centenas, milhares de placas. Anunciam os jornais versões do libelo "Plano de Ação" em diversas línguas. V. Exa. há de convir comigo que um governo, quando se dá a esse trabalho, a essa falta de escrúpulos em propagar tanto obras que realizou com o próprio dinheiro do Tesouro do Estado, não pode deixar de atentar que esse governo é de uma mediocridade que apavora.

O Sr. CÍRO ALBUQUERQUE — Não só mediocridade, nobre deputado, o fato constitui legítimo estelionato, apropriação indevida de obras, através de placas onerosas. Daí a impressão de que se cumpre em São Paulo aquilo que nós, do interior, que convivemos com o homem da terra, estamos acostumados a ouvir sobre desmandos: "quem nunca comeu melado, quando come se lambuzar".

O Sr. Luciano Nogueira Filho — (Com assentimento do orador) — V. Exa. falava em escolas de iniciação agrícola. Acho que esta é a oportunidade para V. Exa., conhecedor técnico do assunto, reclamar à Mesa a respeito do andamento do meu requerimento pedindo a instituição de comissão de inquérito para apurar a situação dessas escolas, desde o governo de Jânio Quadros até agora. A maioria não está funcionando, e não tem condições para isso. Não há, também, pessoal para lecionar, pois o governo não prepara professores para tais escolas. É puro conto de vigário nas populações interioranas, que pensaram iriam ter em seus municípios escolas de agricultura. Portanto, a comissão de inquérito desta Casa, se for aprovado meu requerimento, que se encontra há alguns meses nas gavetas, irá pelo interior ver a situação e que se encontram essas escolas, como a da cidade de Vera Cruz, que foi construída no fundo de um barranco inacessível. Não tem nem luz elétrica, nem água. Quiseram transformá-la em abrigo de menores, mas foi impossível, porque os menores ficariam ao desabrigo. Foram 5 milhões jogados fora. Como esse caso, foram construídas centenas de casas, desperdiçando-se milhões de cruzeiros. Portanto, solicito a V. Exa. que junte sua voz nessa reclamação e indague da Mesa o destino do meu requerimento. Se a maioria quiser, que negue aprovação a ele, caso ache que não devam ser apontados os fatos. Mas, vamos até ao fim.

O Sr. CÍRO ALBUQUERQUE — V. Exa. traz um exemplo da região que representa nesta Casa. A ele somamos os casos da Itapetininga e de Cotia, além dos muitos outros, que poderíamos citar, pelo interior afora. É preciso uma providência a respeito dessas escolas de iniciação agrícola, porque o Sr. Governador pode ter a desfaçatez de, nas cidades onde foram construídas essas escolas, até hoje sem utilidade, fazer demagogia em favor do seu sucessor, quando o povo aí está, suportando a falta de gêneros alimentícios, porque esse mesmo governo se preocupa em levantar edifícios, em vez de tomar medidas tendentes a minorar o sofrimento do homem. Este Poder Legislativo tem a obrigação de apontar os desmandos e fiscalizar os desacertos do governo; portanto, deve acolher de pronto o requerimento do nobre deputado Luciano Nogueira Filho, no sentido de que, sem tardança, seja organizada comissão parlamentar de inquérito sobre escolas de iniciação agrícola, para que se possa, antes do término do mandato do atual Governador, tomar providências para que tais obras sejam acudidas em tempo e não desapareçam do cenário educacional de nosso Estado, sem que os alunos, que tanto necessitam, se apercebam delas.

Era o apelo que fazia a V. Exa., Sr. Presidente, nobre deputado Abreu Sodré, para que V. Exa. determinasse a inclusão na Ordem do Dia do requerimento do nobre deputado Luciano Nogueira Filho, no sentido de se instituir uma Comissão Parlamentar, para verificar as Escolas de Iniciação Agrícola do Estado, que estão construídas e que não estão funcionando.

Sr. Presidente, cedo o restante do meu tempo ao nobre deputado Luciano Lopera.

O Sr. PRESIDENTE — A Presidência consultará a Assistência Técnica da Mesa sobre a possibilidade de incluir o requerimento a que V. Exa. faz referência, na próxima Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lopera que dispõe de dois minutos e trinta segundos.

O Sr. LUCIANO LOPERA (Sem revisão do orador) — Sr. Presi-

dente e Srs. deputados, falava o nobre deputado Ciro Albuquerque, ainda há pouco, a respeito dos erros e omissões do Governo do Estado, particularizando a atuação do ex-Secretário da Agricultura e atual candidato Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira.

Tenho a dizer que S. Exa. realmente, durante o tempo em que ocupou a Secretaria da Agricultura, além das falhas e omissões agora há pouco apontadas, o nobre deputado e ilustre colega Ciro Albuquerque não focalizou as Escolas Práticas de Agricultura, por exemplo, e outros setores de atividades ligadas à mesma Secretaria de Agricultura, no concernente às questões trabalhistas. Vejam os Srs. deputados que o Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, mesmo pretendendo ser candidato a Governador do Estado, como no momento acontece, mesmo assim, não tratou de, pelo menos, fiscalizar nas Escolas Práticas de Agricultura, a respeito do que vinha ocorrendo e ocorre, com os trabalhadores braçais, que também são servidores públicos e que, no entanto, vêm sendo desrespeitados e burlados em todos os seus direitos.

Existe uma Escola Prática de Agricultura em Presidente Prudente. Seus trabalhadores braçais enfrentam toda uma série de arbitrariedades, sendo desrespeitados em todos os seus direitos, a saber:

1.º — Muitos trabalhadores, com 15 anos de serviços prestados ao Estado, ainda não foram efetivados, embora a Constituição assegure a estabilidade do funcionário que contar com mais de dois anos de exercício. Não são considerados funcionários públicos nem operários com direitos à Lei Trabalhista;

2.º — Não gozam do direito de aposentadoria, não gozam férias, não têm direito ao descanso semanal remunerado, não descansam aos feriados, não percebem o salário-família;

3.º — Se estão doentes ou se sofrem acidente no trabalho, não dispõem de nenhum recurso médico, embora haja lei determinando assegurando aos trabalhadores agrícolas que servem ao Estado assistência médica, farmacêutica, hospitalar;

4.º — A direção da Escola Prática de Agricultura de Presidente Prudente cobra a condução de seus trabalhadores braçais, quando esses, mesmo em caso de enfermidade são obrigados a demandarem a cidade. Um operário, por motivo de doença, faltou duas horas ao serviço. Foi descontado em folha de pagamento R\$ 3,38, na importância de 576 cruzeiros.

5.º — As vezes, o serviço que executam é longe da sede da fazenda, que tem aproximadamente 400 alqueires. Pois, nesses casos, muitas vezes os trabalhadores marcham a pé, percorrendo seis quilômetros, ida e volta, já que a direção nega-lhes condução. Isso embora o referido estabelecimento conte com dois caminhões, duas peruas, dois "jeeps", dois tratores, uma carreta e um ônibus, veículos de propriedade do Estado que, porém, não são colocados à disposição dos trabalhadores em benefício da própria produção.

6.º — O salário desses homens, atualmente, é de Cr\$ 8.640,00 (oitto mil seiscentos e quarenta cruzeiros) mensais. Trata-se do antigo salário mínimo da região de Presidente Prudente. Isso quer dizer que o Governo do Estado, também, nesse caso, burla vergenhosamente as leis trabalhistas vigentes, uma vez que o novo salário mínimo, naquela região, é de Cr\$ 12.000,00.

7.º — Folha de pagamento daquele feudo, referente ao pagamento de abono do pessoal para obras, alusiva ao período de janeiro a 30 de junho de 1961. Documento n.º 407. E outra folha de pagamento, da mesma natureza, Conta n.º 3.38, quanto ao mesmo período. Total de pagamentos: Cr\$ 437.389,00 (Quatrocentos e trinta e sete mil e oitenta e nove cruzeiros). Irregularidades: os trabalhadores assinaram a referida "folha de pagamento". No entanto, somente nove receberam. Os outros, em número de 18, nada receberam até agora. Dizem naquela fazenda que eles nada têm a receber... Mas, se é assim, porque assinaram a tal "folha de pagamento"? Acresce que tais "folhas" deveriam fazer constar o abono ou majoração de salários, em 30% concedidos pelo Governo a partir de janeiro de 1960. Flagrantes irregularidades.

8.º — O diretor da Escola Prática de Agricultura de Presidente Prudente é o Dr. Shigueo Mitgushy. Não atende nem aceita reclamações de trabalhadores. O administrador, Sr. José Soares de Souza, também não admite tais reclamações.

O Sr. PRESIDENTE — A Presidência pede licença ao nobre orador para informar que está terminado o tempo destinado ao Grande Expediente, devendo, agora, ser votada a matéria constante da Ordem do Dia. Entretanto, estando V. Exa. inscrito para falar em Explicação Pessoal, logo após a votação da Ordem do Dia, poderá concluir o seu discurso.

Passa-se à:

ORDEM DO DIA

— Entra em discussão, e é sem debate aprovado, Requerimento do deputado Luciano Nogueira Filho, de congratulações com o município de Lucélia, pelo transcurso, dia 24 próximo, de mais um aniversário de sua fundação.

— Entra em discussão, e é sem debate aprovado, o requerimento n.º 269-62, apresentado pelo deputado Costabile Romano, propondo um voto de congratulações com a Confederação Brasileira de Desportos, pela conquista do Bicampeonato Mundial de Futebol. Em anexo o Requerimento n.º 272-62, de autoria do deputado Gustavo Martini.

O Sr. PRESIDENTE — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia, vamos passar à Explicação Pessoal.

O Sr. PRESIDENTE — O primeiro orador inscrito para Explicação Pessoal, é o nobre deputado Luciano Lopera, que está com a palavra.

Passa-se à:

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O Sr. LUCIANO LOPERA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, refiro o fio da meada:

Além disso, proibem que os operários façam reuniões em suas casas, para discutir essas reivindicações. O administrador afirma que essas reuniões só podem ser feitas fora da fazenda. Sem dúvida, estamos diante de mais dois funcionários de "categoria elevada", patriotas, democratas e cristãos quanto aqueles que mais o sejam. Honestíssimos. Desses que, longe de reclamarem junto ao Governo os direitos de seus subordinados, eis que essa é uma das obrigações dos responsáveis pelos diversos setores do funcionalismo, tratam de "prestar serviço" ao Estado, mais propriamente ao Governador, seja ele quem "prestar serviço" ao Estado, mais propriamente ao Governador, seja ele quem de "prestar serviços". São sempre prestativos. Agradam sempre aos poderosos do momento. Governo vai, governo vem; governo desce, governo sobe, eles estão sempre mandando. São de toda a confiança. Dão lucros ao Estado, graças à miséria de pobres operários agrícolas. E dormem com a consciência plenamente tranquila, certos de que defendem a pátria. Fazendo praça do seu patriotismo. Não se esquecem jamais de afirmar as suas convicções cristãs e democráticas. São geralmente tementes a Deus... Graças a todas essas virtudes, gozam de respeito e prestígio na sociedade onde vivem. Muitas vezes são até poderosos, e não apenas simples funcionários. Integram a sociedade da "gente bem". Muitos deles costumam enriquecer. Ganham bem, conseguem lucros. Tudo honestissimamente. São honradíssimos.

Diante de tamanha violência, arbitrariedade, ignomínia, que se vem perpetrando contra trabalhadores braçais da referida escola, o que aconteceu durante todo o tempo em que foi Secretário da Agricultura o Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, atual candidato à sucessão do Sr. Carvalho Pinto ("o que é bom deve continuar"), requeiro, nos termos regimentais, seja oficiado ao Executivo, através do departamento competente, solicitando resposta às seguintes perguntas:

1.º) Por que não há fiscalização na Escola Prática de Agricultura de Presidente Prudente, e em outros setores pertencentes ao Estado, a fim de que tais crimes sejam evitados?

2.º) Os indivíduos responsáveis por aquele estabelecimento agem por conta própria ou estão obedecendo a ordens superiores?

3.º) Por que o Estado desobedece a lei do salário mínimo naquela escola ou fazenda de sua propriedade?

4.º) Quais os motivos determinantes de o Executivo não efetivar trabalhadores que servem ao Estado há mais de 15 anos?

Sr. Presidente, Srs. deputados, não temos nenhuma esperança de que o Governo do Estado vá determinar um inquérito, por exemplo, para apurar as denúncias que ora fazemos da tribuna. Estamos aqui fazendo denúncias deste tipo desde 1959 — denúncias a respeito de todas as bandalheiras possíveis e imagináveis que ocorreram nos mais diversos setores do serviço público — e nunca, até agora, nenhuma denúncia foi sequer fiscalizada, por assim dizer. A respeito de nenhuma denúncia o Governador do Estado, o ilustre e honrado Prof. Carvalho Pinto, determinou uma fiscalização que fosse, uma comissão de inquérito para apurar essas bandalheiras denunciadas. A respeito da Escola Prática de Agricultura de Presidente Prudente, ao que acreditamos, tudo ficará na mesma, porque não podemos duvidar, neste instante, de que o Governo do Estado vá continuar como sempre procedeu, ou seja, sem tomar nenhuma providência.

Em 1959, denunciávamos uma bandalheira das mais grossas, que vinha ocorrendo e talvez ainda esteja acontecendo, no setor do cooperativismo. Fize-